

A DIREITA PERMITIDA COMO FARSA

Marx, em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1852), diz que todos os grandes fatos da história mundial ocorrem duas vezes: a primeira como tragédia, a segunda como farsa. Pode-se tomar emprestado o conceito de Marx — que cita Hegel — para explicar como, em momentos de crise, a história parece simplesmente repetir-se, como se houvesse o retorno de um ciclo.

Política, história e poder são elementos inseparáveis: o desenvolvimento histórico sempre tem como pano de fundo a ordem política, que, por sua vez, só pode ordenar o tecido social mediante o exercício de algum poder. Os meios para exercer o poder se estabelecem historicamente, demandam uma articulação que se desenvolve no tempo. Portanto, é impossível separar a política da história ou do poder.

Por outro lado, a política, o poder e a história só podem ser exercidos por agentes humanos, seja em grupo, seja por um único indivíduo que conduz um império. O que determinará os limites e a eficiência das ações humanas é justamente o horizonte de consciência e a capacidade de descrever a realidade sobre a qual se atuará. Nesse caso, os agentes políticos estão sujeitos a essa lei da realidade histórica: um homem só pode atuar ou intervir nos setores da sociedade e da política que conhece; o horizonte de consciência é o fator que determina os limites da ação humana sobre a história.

É por isso que se vê primeiro a trajetória de Napoleão como tragédia, em toda sua força e ousadia. Depois, como farsa, surgem seus imitadores, ainda presos no paradigma criado por ele. Por não conseguirem pensar além de Napoleão, seus imitadores tentam repetir a história em caricaturas farsescas. Sobre isso, Marx — que era um mentiroso patológico — acertou involuntariamente.

E é justamente esse fenômeno que se presencia atualmente nos palcos da política do Brasil: há um grupo que parece estar repetindo um episódio da história quando, na verdade, está pura e simplesmente atado — limitado por seu restrito horizonte de consciência — a repetir a tragédia como farsa. Tal grupo, com apoio de setores da mídia, do *establishment* e da *intelligentsia*, está em ascensão; uma direita inofensiva às estruturas de poder estabelecidas, uma direita permitida que repete a história do velho tucanato, não como tragédia, mas como farsa.

Enquanto instituições de esquerda como a Fundação FHC, que tenta compreender o conservadorismo do eleitor brasileiro, e a Fundação Perseu Abramo, que busca se reconectar com o público evangélico, a direita permitida se afasta da construção de agendas de longo prazo e da articulação de setores da sociedade brasileira para assumir o posto oficial de defensora da moralidade pública e do combate à corrupção.

Assim como parte do tucanato era comprometida com a agenda da criação das sociedades abertas, a ala mais “radical” era responsável por inflamar as massas contra o petismo, sempre prometendo uma cruzada moralista para sanear as instituições brasileiras da praga corrupta do Partido dos Trabalhadores. Os meios e a agenda de defenestração dos petistas jamais foram apresentados, mas, posteriormente, a cruzada contra a corrupção transformou-se em hipertrofia dos poderes burocráticos e, conseqüentemente, em juristocracia. Havia a expectativa de que a política fosse moralizada, e não de que uma quimera burocrática engolisse a República.

Agora, com um irônico encontro entre novos personagens e velhos atores, essa história se repete como farsa.

- **A história repete-se como farsa** quando agentes políticos, limitados por seu horizonte de consciência, apenas imitam paradigmas antigos.
- **Uma direita “permitida” ascende com apoio de mídia e establishment**, repetindo o papel do tucanato como oposição inofensiva.
- **A cruzada moral anticorrupção** retorna como retórica vazia e tende a reforçar burocracia e juristocracia, em vez de reformar a República.

